



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____
ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30, dispostas da seguinte maneira:
a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.
b) as questões de 11 a 30 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões há 5 opções e apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta no CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de uma hora e trinta minutos (1h e 30 min). Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve os 15 minutos finais para marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS. Os rascunhos e as marcações assinadas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
6. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Observe criteriosamente as orientações no CARTÃO DE RESPOSTA e evite descuidados que poderão anular sua(s) resposta(s). Cada candidato tem direito a apenas um CARTÃO DE RESPOSTA.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 e 2

O Brasil indígena

O Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou a população indígena brasileira com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e nos residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. A atual população indígena brasileira, segundo o Censo 2010, é de 817 mil pessoas.

O Censo revelou que os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, das quais a Norte é a que concentra o maior número de indivíduos, com 37,4% do total. Na região Norte, o estado com o maior número de indígenas é o Amazonas, representando 55% do total da região. O Nordeste conta com 25,5% da população indígena, seguido pela região Centro-Oeste com 16%. As regiões com menor número de indígenas são a Sudeste e a Sul, com 12% e 9,2%, respectivamente.

O Censo 2010 aprimorou a pesquisa da população indígena, investigando o pertencimento étnico e as línguas indígenas faladas. Os resultados apontam para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias. O povo Tikuna, residente no Amazonas, em números absolutos, foi o que apresentou o maior número de falantes e conseqüentemente a maior população. Em segundo lugar, ficou o povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, e em terceiro lugar, os Kaingang, da região Sul do Brasil.

Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, _____ algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim

como algumas etnias também se constituem em subgrupos de uma mesma etnia.

(FUNAI. Fundação Nacional do Índio. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Brasil Indígena. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2018. Com adaptações.)

1) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) O povo indígena com a maior população encontra-se no estado do Amazonas.
- b) Em número de indígenas, o Sul é a terceira região brasileira com maior população indígena.
- c) Os residentes em terras indígenas que se consideraram indígenas não foram contabilizados no Censo 2010.
- d) O levantamento do IBGE quanto às etnias e línguas indígenas foi conclusivo e prescinde de pesquisas adicionais.
- e) A região Sudeste concentra o menor número de indígenas no Brasil.

2) Assinale a opção que completa a lacuna no texto de forma a manter a coesão e coerência:

- a) Conforme
- b) Mas
- c) se
- d) embora
- e) pois

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

Texto para as questões 3 e 4

Cenário da exclusão escolar no Brasil

No Brasil, 2,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. A exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. Do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo.

Há crianças e adolescentes fora da escola em todas as regiões do País. Em termos percentuais, o problema é mais grave no Norte, Centro-Oeste e Sul, onde 8,8%, 7,7% e 7,3% da população de 4 a 17 anos está fora da escola, respectivamente. Nordeste e Sudeste apresentam percentuais um pouco menores (6,5% e 5,3%), mas merecem atenção por seus números absolutos. Sendo as regiões mais populosas do País, são responsáveis por 1,7 milhão de meninos e meninas excluídos: 868.354 no Nordeste e 862.141 mil no Sudeste.

_____. Dispersos pelo Brasil, 661.110 meninos e meninas que vivem fora das cidades, em vilas e áreas isoladas estão longe das salas de aula, por falta de vagas em escolas próximas, problemas no transporte escolar ou outros fatores que impedem o acesso e a permanência escolar. Muitas dessas crianças e desses adolescentes vivem na região amazônica e no semiárido brasileiro, espalhados por mais de 2 mil municípios.

Esses meninos e meninas – oriundos de populações vulneráveis – não estão apenas fora da escola, mas estão também excluídos de todo um sistema de garantia de direitos. São crianças e adolescentes com menos acesso a direitos básicos, como registro civil, atendimento de saúde e vacinação. Estão mais expostos a formas extremas de violência, exploração e abuso sexual. E, muitas vezes, tornam-se invisíveis às políticas públicas porque

simplesmente não conseguem acessá-las.

(UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da exclusão escolar no Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf> Acesso em: 20 mar. 2018. Com adaptações)**

3) Assinale a opção que completa a lacuna no texto de forma a manter a coesão e coerência:

- a) Além da zona rural, há que se olhar para a zona urbana.
- b) Os maiores percentuais de exclusão se concentram na zona rural (8,3%).
- c) No ensino médio, quase três em cada dez alunos apresentam dois ou mais anos de atraso escolar.
- d) Além de olhar o aspecto geográfico, é necessário entender como a exclusão afeta cada faixa etária.
- e) A exclusão escolar afeta, em especial, as camadas menos vulneráveis da população.

4) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) Em termos percentuais, a região Sul do Brasil apresenta o problema menos grave de exclusão escolar.
- b) Os domicílios com renda per capita mais alta concentram a maioria das crianças e adolescentes que estão fora da escola.
- c) A região Nordeste apresenta, em números absolutos, a maior população de crianças e adolescentes fora da escola.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

d) A exclusão escolar afeta crianças e adolescentes cuja exposição a formas extremas de violência, exploração e abuso sexual é menor.

e) A região Sudeste apresenta a menor população de 4 a 17 anos fora da escola.

5) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal:

I. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista _____ a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

II. Os Poderes Executivos poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que _____ na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei 13.303/2016.

III. Não _____ proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado.

a) se destinam – enquadrem-se – se admitirá

b) destinam-se – enquadrem-se – se admitirá

c) destinam-se – se enquadrem – admitir-se-á

d) destinam-se – se enquadrem – se admitirá

e) se destinam – se enquadrem – admitir-se-á

6) De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

a) O Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (Lei 16.050/2014) garante a proteção às terras indígenas, delimitadas e em processo de homologação, de forma a coibir a ocupação dessas áreas.

b) A Terra Indígena é o espaço necessário para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, segundo seus usos e costumes, garantida pela Constituição Federal, cuja demarcação e homologação, são de competência da Fundação Nacional do Índio (Funai).

c) A Área de Proteção Ambiental (APA) do Capivari-Monos, abriga em seu território, formações de vegetação da Mata Atlântica, aldeias indígenas e recursos hídricos, estratégicos para o abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo.

d) A gestão integrada das unidades de conservação estaduais e municipais de terras indígenas, é um dos objetivos, específicos, da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.

e) As Zonas Especiais de Preservação Cultural (Zepec), são porções do território, destinadas à preservação, valorização e salvaguarda do patrimônio cultural, tendo como um dos seus objetivos proteger as áreas indígenas demarcadas pelo governo federal.

7) Assinale a alternativa que preenche respectivamente as lacunas da frase abaixo, mantendo-se a coerência textual e a correção gramatical: _____ não sejam sinônimos, controle e accountability, _____ ressalvam Pó e Abrucio (2006, p. 686), estão indissociavelmente ligados, com o primeiro inserido no segundo,

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

_____ não há “efetivação da accountability sem a utilização de instrumentos institucionais de controle”.

(QUINTÃO, C.M.P.G.; CARNEIRO, R. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro 49(2):473-491, mar./abr. 2015.)

- a) Uma vez que – conforme – como
- b) Visto que – segundo – pois
- c) Dado que – pois – já que
- d) Ainda que – consoante – portanto
- e) Embora – como – à medida que

8) Meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, privados do acesso a direitos básicos, tornam-se invisíveis às políticas públicas, porque simplesmente não conseguem acessá-las.

Mantendo a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima não pode ser substituído por:

- a) porquanto
- b) visto que
- c) eis que
- d) já que
- e) uma vez que

9) Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais

aprofundados, [...]

Mantendo a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima não pode ser substituído por:

- a) porém
- b) logo
- c) no entanto
- d) contudo
- e) todavia

10) Mantendo a correção e o sentido, assinale a alternativa que completa o trecho abaixo:

Os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados são sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios. A Prefeitura deverá, também, aplicar alíquotas progressivas de IPTU, ...

- a) embora os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- b) visto que os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- c) porque os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- d) caso os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- e) pois os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

Constituição Federal de 1988

11) Dentre os fundamentos e princípios insculpidos na Constituição Federal, qual deles não diz respeito ao regime federativo da República Brasileira?

- a) a cidadania.
- b) a independência nacional.
- c) a autodeterminação dos povos.
- d) controle dos meios de comunicação.
- e) a soberania.

12) O sufrágio universal e o voto direto e secreto são mecanismos disponíveis ao exercício da soberania popular, exclusive:

- a) o plebiscito.
- b) o alistamento eleitoral.
- c) a iniciativa popular.
- d) o referendo.
- e) nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

13) Assinale a alternativa correta:

- a) a cassação dos direitos políticos capaz de configurar sua perda ou suspensão é admitida nos casos de incapacidade civil absoluta; improbidade administrativa e cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, dentre outras circunstâncias.
- b) a cassação dos direitos políticos capaz de configurar sua perda ou suspensão é admitida nos

casos de incapacidade civil relativa; improbidade administrativa e prisão cautelar, enquanto durarem seus efeitos, dentre outras circunstâncias.

c) a cassação dos direitos políticos capaz de configurar sua perda ou suspensão não é admitida nos casos de incapacidade civil absoluta; prisão cautelar, enquanto durarem seus efeitos e cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, dentre outras circunstâncias.

d) a cassação dos direitos políticos capaz de configurar sua perda ou suspensão é admitida nos casos de incapacidade civil absoluta; improbidade administrativa com condenação penal; cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, dentre outras circunstâncias.

e) a cassação dos direitos políticos capaz de configurar sua perda ou suspensão é admitida nos casos de incapacidade civil relativa; improbidade administrativa e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, dentre outras circunstâncias.

14) Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal:

- a) a realização de gastos com pessoal, incluídos os subsídios de seus Vereadores, em mais de 70% (setenta por cento)
- b) autorizar a realização de repasse de receita acima dos limites admitidos na Constituição Federal
- c) deixar de enviar o repasse de receita até o dia vinte de cada mês.
- d) autorizar o envio de repasse a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
- e) todas as alternativas anteriores estão corretas.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

15) Juntamente com a Lei Orgânica do Município, o Município é regido com a observância do seguinte preceito:

- a) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado.
- b) perda simultânea de mandato do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal.
- c) inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos dentro da circunscrição de seu Município.
- d) julgamento dos Vereadores perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

16) Possuem tramitação em regime de urgência:

- a) os decretos legislativos e de resolução disciplinados pelo Regimento Interno da Câmara Municipal.
- b) as matérias constantes da Ordem do Dia submetidas à discussão e votação com presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- c) os projetos de lei de matéria tributária.
- d) os projetos de lei de iniciativa do Prefeito.
- e) a concessão administrativa de qualquer tipo de anistia em matéria de zoneamento urbano.

17) O percentual de receita anual disponível para aplicação na manutenção e desenvolvi-

mento do ensino fundamental, bem como na educação infantil e inclusiva no Município de São Paulo equivale à:

- a) variação proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das redes públicas de educação infantil e inclusiva.
- b) 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
- c) 31% (trinta e um por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
- d) 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da tributação proveniente de transferências.
- e) 30% (trinta por cento) da receita resultante da tributação proveniente de transferências.

18) As contas anuais do Executivo Municipal de São Paulo são examinadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo que:

- a) emite parecer técnico auxiliar no controle interno promovido pelo Poder Legislativo Municipal, com vistas a subsidiar o julgamento correspondente.
- b) emite parecer prévio, no prazo de 90 (noventa) dias da data do recebimento, com vistas a subsidiar o julgamento correspondente.
- c) recebe a atribuição constitucional de subsidiar o exame prévio realizado por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

d) aprecia sua legalidade, representando à Câmara Municipal sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.

e) julga sua regularidade, dentro da função de auditoria financeira e orçamentária da Administração Municipal e da Câmara.

19) As representações dirigidas ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo são meios processuais disponibilizados ao Prefeito ou Presidente da Câmara Municipal, assim como às pessoas físicas ou jurídicas interessadas no controle de aferição de irregularidades à aplicação da legislação que envolva matéria de sua competência, constituindo objeto de arquivamento sempre que inepta, ausente fundamento jurídico ou presente espírito de emulação.

a) esta afirmação merece retificação na última frase, por “constituindo objeto de arquivamento sempre que inepta e ausente fundamento jurídico”.

b) esta afirmação esta incorreta.

c) esta afirmação refere-se ao meio processual da “consulta” e não ao meio processual das “representações”.

d) esta afirmação merece retificação com a exclusão da expressão “assim como às pessoas físicas ou jurídicas interessadas”.

e) esta afirmação está correta.

20) Assinale a alternativa correta:

a) As infrações à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, segundo a sua gravidade, ensejarão aplicação de advertência e multa, cumulativas ou não.

b) O controle externo à fiscalização do Município é exercido pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Município.

c) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

d) O Tribunal de Contas do Município de São Paulo funciona a partir dos seus órgãos máximos que são o Plenário, as Câmaras e os Juízos Singulares.

e) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas.

Lei Orgânica do Município de São Paulo

21) O art. 40º da Lei Orgânica do Município de São Paulo disciplina a discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia na Câmara Municipal de São Paulo. Com base neste artigo leia as frases abaixo, indique V verdadeiro ou F falso e diga qual alternativa apresenta a classificação correta.

a aprovação e alteração, independente da matéria a ser tratada, dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão.

a discussão e votação da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

A aprovação e alteração de matéria tributária depende do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Para os projetos de Lei e a aprovação e alteração do Regimento Interno serão apreciadas

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

em 2 turnos de discussão e votação.

- a) F,V,V,F
- b) V,V,V,F
- c) V,F,F,V
- d) F,V,V,V
- e) F,F,V,V

22) De acordo com os artigos 37 e 38º da Lei Orgânica do Município de São Paulo leia as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) o executivo não poderá encaminhar projetos de sua iniciativa para a Câmara.
- b) os projetos encaminhados para a Câmara por iniciativa do Executivo devem necessariamente ser apreciados e votados no prazo máximo de 30 dias.
- c) o executivo poderá encaminhar projetos de sua iniciativa para a Câmara, mas não poderá pedir urgência para apreciação e votação do mesmo.
- d) o Prefeito pode solicitar que os projetos de sua iniciativa tramitem em regime de urgência.
- e) A Câmara Municipal terá 15 dias para votar os projetos encaminhados pelo Executivo, quando solicitado o regime de urgência.

23) Os artigos 207 a 210 da Lei Orgânica do Município de São Paulo integram o conjunto de artigos que disciplinam o serviço de educação prestado pelo município. A partir da leitura desses artigos assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei do Estatuto do Magistério disciplinará as atividades dos profissionais do ensino .

b) O Município aplicará, anualmente, no mínimo 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva.

c) O Município permitirá o uso pela comunidade do prédio escolar e de suas instalações, durante os fins de semana, férias escolares e feriados, na forma da lei, sendo vedada a cessão de prédios escolares e suas instalações para funcionamento do ensino privado de qualquer natureza.

d) A lei definirá as despesas que se caracterizam como de manutenção e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como da educação infantil e inclusiva.

e) O Município publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, informações completas sobre receitas arrecadadas, transferências e recursos recebidos e destinados à educação nesse período, bem como a prestação de contas das verbas utilizadas, discriminadas por programas.

24) A Lei Orgânica do Município de São Paulo ao tratar da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária define em seu art. 48º que: o controle externo das contas públicas, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O artigo em questão define quais são as competências do Tribunal de Contas do Município nesta matéria. Leia as alternativas abaixo e assinale a alternativa que não corresponde a nenhuma dessas competências:

- a) apreciar contas prestadas anualmente pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara e pelo próprio Tribunal, que serão apresentadas obrigatoriamente até 31 de março de cada exercício, mediante parecer

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

prévio informativo, que deverá ser elaborado e enviado à Câmara Municipal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de seu recebimento, já incluídos nesse prazo eventuais diligências e apreciação definitiva de recursos administrativos.

b) aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de procedimento no que tange às receitas, despesas ou irregularidades das contas.

c) manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre os empréstimos a serem contraídos pelo Município mesmo não sendo solicitado pela Câmara Municipal;

d) assinalar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sob pena de incidir nas sanções legais cabíveis pela desobediência.

e) prestar informações solicitadas pela Câmara Municipal por suas Comissões ou lideranças partidárias, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditorias e inspeções que tenham sido realizadas;

25) O art. 233º da Lei Orgânica do Município de São Paulo discorre em matéria de Esporte, Lazer e Recreação sobre os itens de incentivo orçamentário que o município deve se ater. Com base neste artigo leia as frases abaixo, indique V verdadeiro ou F falso e diga qual alternativa apresenta a classificação correta.

() a adequação dos locais já existentes e previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática dos esportes, da recreação e do lazer por parte das pessoas com deficiência, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos.

() a terceirização de espaços e equipamentos

condizentes às práticas esportivas, recreativas e de lazer da população;

() a prática da educação física como premissa recreativa;

() o esporte formação, o esporte participação, o lazer comunitário, e, na forma da lei, o esporte de alto rendimento;

a) F,F,V,V

b) V,V,V,F

c) V,V,F,V

d) F,V,V,V

e) V,F,F,V

Leis Municipais 7.213/68 e 9.167/80

26) O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, criado pela Lei Municipal nº 7.213, de 20 de novembro de 1968, tem como atribuição ser um:

a) Órgão de auxílio do poder Executivo Municipal.

b) Órgão autônomo de controle das contas municipais.

c) Órgão de auxílio do Legislativo Municipal.

d) Órgão complementar de controle das contas municipais.

e) Órgão independente dos poderes Legislativo e Executivo para o controle das contas municipais.

Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil

27) Com base na Lei nº 9.167/1980, quais das competências abaixo não pertencem ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo?

- a) Legalidade das concessões iniciais de aposentadorias e pensões concedidas pelo Município.
- b) Apreciação das contas da Mesa da Câmara Municipal.
- c) Apreciação da aplicação das parcelas ou quotas-partes transferidas ao Município.
- d) Apreciação dos processos de exoneração dos servidores efetivos, do poder executivo municipal, pelos motivos de ilegalidades ou irregularidades apuradas no exercício de suas funções.
- e) Julgamento da aplicação de auxílios e subvenções concedidos pelo Município a entidades particulares de caráter assistencial.

28) O Tribunal emitirá parecer sobre consulta que lhe for feita pela Administração a respeito de dúvidas suscitadas na execução de disposições legais concernentes à matéria financeira e orçamentária, por intermédio do:

- a) Prefeito e Vereadores.
- b) Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito.
- c) Prefeito e Secretários municipais.
- d) Presidente e Líder do Partido com representação na Câmara Municipal.
- e) Prefeito, Secretários Municipais e Presidente da Câmara Municipal.

29) As infrações presente na Lei nº 9.167/1980, segundo a sua gravidade, ensejarão as seguintes sanções:

- a) Advertência e Repreensão
- b) Repreensão e Multa
- c) Multa e Exoneração
- d) Advertência e Multa
- e) Advertência e Exoneração

30) A desobediência aos prazos fixados na lei nº 9.167/1980, bem como nas instruções do Tribunal, poderá implicar a imposição de multa. Qual dos casos abaixo NÃO se aplica:

- a) Aos administradores de fundos especiais, que não prestarem suas contas, ou o fizerem fora do prazo prescrito.
- b) Ao responsável que não prestar contas de adiantamento, ou as apresentar fora do prazo, ou não recolher saldo dentro do prazo fixado.
- c) Ao funcionário de repartição encarregado de proceder inicialmente à tomada e liquidação de contas ou exame das prestações de contas ou de adiantamentos.
- d) Aos responsáveis por tesourarias e demais órgãos pagadores da Fazenda Pública Municipal, que não comunicarem a entrega de numerário de adiantamento requisitado.
- e) Quando houver iminente risco de dano patrimonial ou perda de prova, de servidor declarado em alacance, ou de pessoas consideradas responsáveis por valores ou bens municipais.